

## **Por uma negociação atempada ao concurso 2010/2011**

A integração dos PROFESSORES CONTRATADOS nos quadros do ME, há muito que tem sido uma exigência da FENPROF e dos seus sindicatos. É hoje mais do que nunca urgente a resolução deste grave problema que tem conduzido à exploração profissional destes docentes com as consequências que lhe estão implícitas: morais e económicas. Mas tal exploração tem ainda outros efeitos colaterais e que afectam o nosso sindicalismo: a falta de esperança, resultante de vidas de futuro adiado, impede que estes docentes vejam os sindicatos como organizações capazes de resolver os seus problemas.

A FENPROF já devolveu essa expectativa ao apelar à abertura de um concurso nacional que resolva o problema da precariedade. Mas é necessário que se tomem diligências para que não sejamos mais uma vez iludidos, alimentando falsas expectativas em todos aqueles que vêm no tradicional concurso anual a forma de resolução da sua situação socioprofissional.

Tem-se apelado à abertura de um Concurso com base nas reais necessidades das escolas. Todos os partidos da Assembleia da República corroboram nessa exigência.

Porém, este conceito, "Necessidades Reais" não pode ser elástico e desfocado: não podemos deixar que o Ministério da Educação o continue a considerar de acordo com o ambicionado plano de redução de custos. É necessário clarificar o que são necessidades reais, entendidas e articuladas com a desejável melhoria das condições reais de ensino! É necessário que a FENPROF negocie o número de vagas a concurso e clarifique, junto do ME, os critérios que empregam para determinar o número de vagas a concurso.

Para alguns teóricos que tem vindo a público, as necessidades reais devem ser contabilizadas a partir do número de horários completos, que se têm mantido completos ao longo de 3 anos consecutivos numa dada escola.

As políticas educativas (nomeadamente a abertura de Cursos de Educação e Formação e de EFAs) e o elevado número de aposentações

têm aumentado o número de horários a concurso ao longo destes últimos anos.

De que forma poderemos nós, então, exigir que o ME clarifique o número de vagas a abrir no próximo concurso?

À conjugação destes factores (horários permanentes ao longo dos últimos anos em cada escola), aliado ao número de aposentações e de políticas educativas, ainda podemos tomar como indicador o nº de professores com horário completo em cada grupo de docência que foram colocados nestes últimos três anos. Pelo que atrás foi exposto, poder-se-á exigir, atempadamente, e negociar o nº de vagas que deverão estar disponíveis para o concurso 2009-2010. Não poderemos mais adiar tal injustiça e deixar ao ME essa tarefa pois terá sempre como pretexto a situação económica do país e a crise internacional. E para a situação económica do país não contribuiu em nada o docente contratado, antes pelo contrário.

Não devemos caucionar “novos” concursos que não serão mais que um embuste: temos que nos precaver para evitar que “apareçam” de novo 400 vagas a concurso de quadro, quando são colocados posteriormente, em Agosto, 10800 docentes com horários completos!

Esta é uma necessidade que terá que acabar de vez com a injustiça. Esta é uma necessidade que deverá estar sempre presente em cada dirigente e delegado sindical, que a deverão transmitir a todos que desconhecem tal situação. Cabe a cada um lutar contra esta situação, deve cada quadro sindical divulgar e conhecer a situação destes docentes CONTRATADOS, que mais não são do que tarefeiros do sistema. Deve cada dirigente e delegado contribuir para o direito ao emprego e, simultaneamente, fomentar a estabilidade profissional de todos os docentes que há muito servem as nossas escolas e que têm sofrido as piores humilhações laborais.

A estabilidade profissional destes docentes serve também para rejuvenescer a nossa escola, qualificar o ensino-aprendizagem e para garantir que se desenvolvam projectos de vida e de escola.

Mesmo que se mudem as fechaduras das portas, não se pode impedir que a justiça entre pelas frinchas. E a justiça passa pela

resolução de um problema que tem tomado proporções intoleráveis num país democrático.

Sílvia Pereira; Dirigente SPGL; Membro da Frente de Professores e Educadores Contratados e Desempregados; Delegada ao 10 Congresso da FENPROF.

Montemor, 23 de Abril de 2010